

## **Participação e Decisão no Turismo Rural: uma análise a partir da perspectiva de gênero**

*Participation and Decision in Rural Tourism: an analysis from a gender perspective*

*La Participación y Toma de Decisiones en el Turismo Rural: un análisis desde una perspectiva de género*

Raquel Lunardi<sup>1</sup>  
Marcelino De Souza<sup>2</sup>  
Fátima Perurena<sup>3</sup>

### **Resumo**

O meio rural brasileiro está passando por ressignificações nas últimas décadas, o que tem provocado uma emergência de dinâmicas sócio-espaciais heterogêneas e multifuncionais. Em resposta a este ambiente de mudanças surgem novas formas de uso do espaço rural relacionadas ao consumo de novos produtos e serviços, o que tem permitido que o rural, passe a ser um prestador de serviços através de opções de lazer, diversificando suas formas produtivas. Esta diversificação tem alterado o ritmo de vida local e familiar, a estrutura da organização do trabalho familiar, bem como os valores sociais e culturais dos agentes envolvidos. Diante disso, propôs-se como objetivo compreender as relações de poder de famílias que trabalham em empreendimentos de turismo rural. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semi-estruturadas em sete famílias pluriativas no município de São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Turismo; Gênero; Trabalho; Meio rural.

### **Abstract**

*The Brazilian countryside is undergoing reinterpretation in recent decades, which has led to the emergence of heterogeneous and multifunctional socio-spatial dynamics. In response to this changing environment are new ways to use the countryside related to the consumption of new products and services, it was only producer of raw materials, go to a service provider through options leisure, diversifying their productive ways. This diversification has changed*

---

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural, Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [raquel.lunardi@iffarroupilha.edu.br](mailto:raquel.lunardi@iffarroupilha.edu.br)

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Agrônomo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [marcelino.souza@uol.com.br](mailto:marcelino.souza@uol.com.br)

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [perurena@gmail.com](mailto:perurena@gmail.com)



*the pace of local and family life, the structure of the organization of family labor as well as social and cultural values of the agents involved. Therefore, it was proposed as objective to understand the power relations of working families in rural tourism enterprises. Data collection was conducted through semi-structured pluriactive in seven families in the municipality of São José dos Ausentes in Rio Grande do Sul.*

**Key world:** *Tourism; Gender; Work; Countryside.*

## Resumen

*El campo brasileño está pasando por la reinterpretación de las últimas décadas, lo que ha llevado a la aparición de la dinámica socio-espaciales heterogéneos y multifuncionales. En respuesta a este entorno cambiante con formas de utilizar el campo relacionado con el consumo de nuevos productos y servicios, lo que ha permitido que el país, van a un proveedor de servicios a través de opciones de ocio, diversificando surgen sus formas productivas. Esta diversificación ha cambiado el ritmo de la vida local y familiar, la estructura de la organización del trabajo familiar, así como los valores sociales y culturales de los agentes involucrados. Por lo tanto, se propuso como objetivo comprender las relaciones de poder de las familias que trabajan en las empresas de turismo rural. La recolección de datos se realizó a través de semi-setruturadas pluriactivas en siete familias en el municipio de São José dos Desaparecido en Rio Grande do Sul.*

**Palabras clave:** *Turismo, Género, Trabajo, Medio ambiente rural.*

## 1. Introdução

As mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, especialmente depois da década de 70, traz consigo o desenvolvimento de novas estratégias de reprodução família, como a inserção de atividades não-agrícolas. Assim, surgem novas formas de uso do espaço rural relacionadas ao consumo de novos produtos e serviços, o que tem permitido que o produtor rural, que era somente supridor de matéria-prima, passe a ser um prestador de serviços através de opções de lazer diversificando suas formas produtivas. Esta última afirmação tem incentivado muitos agricultores a desenvolverem o turismo, alterando o ritmo de vida local e familiar, a estrutura na divisão das atividades, tanto no turismo quanto na agricultura e no ambiente doméstico, assim como os valores sociais e culturais dos agentes envolvidos Carneiro (1998).

Simultaneamente, assiste-se a uma inflexão e renovação nos debates que cercam o meio rural. A agricultura familiar passa a ter papel destacado nas políticas de desenvolvimento rural e com ela novas temáticas passam a fazer parte do portfólio acadêmico, justificado pela



diversidade social, econômica e cultural. Nesse ambiente a temática gênero vem sendo discutida por pesquisadores de diversas áreas, especialmente a partir da década de 1980, em que as principais linhas de pesquisas têm sido as relações de trabalho, a violência sexual e doméstica e o empoderamento. Na América Latina, em especial no Brasil, a problemática sobre gênero e desenvolvimento rural tem apresentado uma miríade de questões, sendo o foco em torno de novas estratégias de empoderamento da mulher e de políticas mais equitativas. Mesmo que o gênero abarque masculino e feminino, estes trabalhos têm se intensificado mais nas questões que dizem respeito às mulheres e a sua posição na sociedade.

Nesse sentido, lançamos o olhar sobre a reestruturação do meio rural a partir da perspectiva de gênero, manifestada pelo turismo rural. Estudar as relações de gênero em um ambiente heterogênero e que está em fase de reestruturação na sua forma produtiva e organizativa, com a inserção de atividades não agrícolas, possui diferentes interpretações e é um esforço necessário para compreender como se dá o processo de desenvolvimento rural. Assim, a temática de investigação que emerge dessa realidade propõe fornecer respostas à seguinte indagação: o trabalho no turismo rural tem permitido a ocorrência de mudanças significativas nas relações de poder e empoderamento no meio rural?

Buscamos analisar estas famílias a partir do entendimento do gênero como uma categoria histórica (SAFFIOTI, 2009), que expressa não apenas desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres, também é assentada no substrato material que é o corpo, sobre o qual a sociedade atua: “[...] embora tenham existido inúmeras mediações, o gênero, socialmente construído, se assenta no sexo, situado no campo biológico, na esfera ontológica orgânica.” (SAFFIOTI, 2009, p. 08) entre os corpos sexuados. Nesse sentido, procuramos compreender o gênero como um processo social construído historicamente, passível de mudanças e representado pelo patriarcado, pois ele é a base do sistema de gênero, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias e isso demonstraremos no decorrer do estudo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Isso reflete na sua compreensão. O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero “[...] só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando, propositadamente explícito, o vetor da dominação-exploração.” (Saffioti, 2009: 37).



Este trabalho tem como local de estudo a região turística do Estado do Rio Grande do Sul denominada de microrregião dos Campos de Cima da Serra, onde nosso recorte foi no município de São José dos Ausentes. A região aqui apresentada foi escolhida pela sua importância no segmento turístico do meio rural gaúcho, sendo considerada um dos principais destinos de turismo rural. A unidade de análise desta pesquisa foram famílias rurais, sendo estas agrícolas e pluriativas. As famílias agrícolas são aquelas que possuem como forma de produção exclusivamente a agricultura, ou seja, o contato direto nos processos de cultivo da terra e manejo de animais, sendo este um dos critérios de seleção do universo de pesquisa. Os outros critérios foram: conter na estrutura familiar homens e mulheres (cônjuges), estarem localizadas próximas às propriedades de turismo rural e terem sido indicadas pelas famílias pluriativas. As famílias pluriativas são aquelas que combinam a agricultura com outros tipos de atividades. O principal critério adotado para a seleção destas famílias foi ter na propriedade atividades relacionadas à prestação de serviços de hospedagem. Além disso, foi necessário ter-se a participação de homens e mulheres (cônjuges) na família. Cabe salientar que não estamos propondo uma comparação entre as famílias pluriativas e agrícolas, mas sim, momentos de contrapontos, o que julgamos que enriquecerá nossa análise.

Como instrumento de pesquisa optou pela interrogação dos atores através da conversação guiada, dirigida a partir de perguntas pré-formuladas, mas com certo grau de liberdade do entrevistador e do entrevistado. Foram realizadas no total trinta e nove entrevistas, sendo que destas vinte e uma foram aplicadas em sete propriedades com famílias pluriativas e seis em propriedades com famílias agrícolas, totalizando dezoito entrevistas. Foram aplicados três tipos de instrumentos: um direcionado ao respondente homem, outro a respondente mulher e outro para a caracterização da propriedade, sendo este possível de ser respondido por qualquer membro da família.

As entrevistas foram gravadas na sua íntegra. A gravação com estas famílias foi possível devido à inserção anterior do pesquisador nestas famílias, o que possibilitou vínculos de confiança entre entrevistado e entrevistador. A fase da organização dos dados foi feita, primeiramente, pela transcrição das entrevistas e logo foi feita a classificação dos dados por meio da categorização.



Como principal resultado observamos em nossa pesquisa que houveram mudanças, estas relacionadas com o acesso aos recursos econômicos e sociais. Contudo, estas mudanças não foram suficientes para uma transformação nas relações de gênero nas famílias pesquisadas. As decisões permanecem nas mesmas instâncias e com os mesmos significados, ou seja, atreladas as relações de trabalho.

## **2. Análise e Discussão dos Resultados**

Neste item buscaremos analisar as variáveis que definimos para discutir o empoderamento de mulheres e homens a partir do turismo rural. Para isso, discutiremos no item a seguir o referencial bibliográfico que utilizamos como base da discussão do empoderamento, seu conceito e definições. No item Participação e decisão no turismo rural: *tudo combinado* analisaremos as variáveis sobre decisão e participação nas relações econômicas, nas relações de trabalho e nas relações institucionais e políticas. Estas variáveis nos deram subsídios empíricos para a análise das relações de poder e empoderamento nas propriedades aqui estudadas.

### **2.1. Poder, empoderamento e desenvolvimento rural**

O uso do termo empoderamento é recente na literatura, alcança visibilidade a partir da década de 1990, quando especialmente através do movimento feminista toma evidência. Há distintos usos do termo por diferentes atores sociais, porém utilizaremos neste trabalho a abordagem dada a partir do gênero e da luta da subordinação de mulheres.

O termo empoderamento é entendido como o processo que demanda alterações nas relações de poder, que envolve o controle sobre os recursos econômicos, materiais, político, especialmente das mulheres, nos ambientes público e privado. Esse processo deve culminar no que Sen (2000) define como “*capabilities*”. “As feministas entendem que as relações de gênero são relações de poder e que o empoderamento das mulheres é condição para a equidade de gênero” (CORDEIRO, 2010, p. 150).

Fornecendo outros elementos para a análise, Romano (2002) citado por Oliveira em sua tese, ressalta que o empoderamento pode ser entendido como abordagem ou processo.

Como abordagem o empoderamento coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento, implicando no desenvolvimento de



capacidades (“*capabilities*”) das pessoas e de suas organizações. Isto significando poder superar as principais fontes de privação das liberdades, construir novas opções, poder e saber escolher, poder implementar e poder se beneficiar de suas escolhas. Como processo, pode ser o conjunto de relações pelas quais as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. São processos conflituosos, no sentido de que dizem respeito a situações de dominação explícitas ou implícitas (ROMANO *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 22)

Tanto como processo ou como abordagem, o empoderamento pode ser, segundo Ojeda, Muñoz e Michel (2002), modificado em três dimensões:

A dimensão pessoal, que compreende as mudanças no ser, no indivíduo, nas capacidades do ser, ou seja, mudanças de autopercepção; as relações ‘próximas’ (*cercanas*), que compreende negociações das relações cotidianas, que desenvolvem habilidades para negociar e influenciar nas relações e decisões no interior do grupo doméstico, gerando impactos em suas vidas; e a dimensão coletiva, onde se trabalha em conjunto com outros para causar um impacto maior e mais significativo. Nesse sentido, o empoderamento deve ser mais que uma simples abertura ao processo de tomada de decisão, deve incluir também processos que permitam as mulheres e ao grupo ter a capacidade de perceber a si mesmos como aptos para ocupar espaços de tomada de decisão e usar estes espaços de maneira efetiva”, ou seja, provocar uma mudança no nível micro e macro (OJEDA, MUÑOZ, MICHEL, 2002, p. 78).

Estas dimensões para serem modificados deverão levar em conta alguns elementos, sobretudo quando este empoderamento é da mulher: deve-se considerar que é um elemento induzido, devido que o gênero está inculcado nos homens e nas mulheres desde o seu nascimento; exige que agentes externos participem e intervenham nesse processo; implica educação que permita que as mulheres encontrem seu tempo e espaço, de maneira crítica e coletiva; a se tornarem uma força política, em um movimento organizado, que planeje e desenvolva ações para transformar as estruturas e a condição da mulher (NASSER, 2001). Ou seja, maior empoderamento implica em maior igualdade entre homens e mulheres. Esta igualdade é conseguida levando em consideração o aumento do bem-estar do indivíduo, que tem como principais componentes o acesso e controle de recursos, conscientização e participação. Deve considerar ainda, componentes cognitivos, psicológicos, político e econômico. Isso resulta em mudanças no nível micro (redefinição de valores, maior liberdade, renegociação das relações



domésticas) e no nível macro (agenda política, cidadania transformada) (NASSER, 2001). Nesse sentido, Cordeiro (2010) identificou em sua tese, seis aspectos que dizem respeito ao processo de empoderamento: “ter confiança, respeito e autoestima; ter voz, ou seja, capacidade para expressar as próprias ideias; ter liberdade de ir e vir além da casa e dos sítios; ter ação coletiva e o fazer político; lutar por direitos; e ter acesso a programa e recursos” (p.156).

Para se alcançar os aspectos colocados pelos autores supracitados, as estratégias de empoderamento não devem ser ações isoladas da ação coletiva e do contexto histórico, focando não somente no indivíduo, mas em processos coletivos. Nesse sentido, “os parâmetros de empoderamento são a construção de uma autoimagem e autoconfiança positivas, o desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente, a construção da coesão de um grupo e a promoção da tomada de decisão e da ação” (CORDEIRO, 2010, p. 151). Ele requer mudanças nas relações sociais, mais democráticas e de poder compartilhado (na família, na comunidade, nas instituições, no governo) e nas diversas manifestações da vida cotidiana (sexualidade, trabalho, renda, informação, etc.). O empoderamento é tanto uma mudança individual como uma ação coletiva, que deve ser entendido como autoconfiança e autoestima, deve integrar-se no sentido de processo com a comunidade, com cooperação e com solidariedade. Nesse sentido, é entendido como um processo não linear com um início e um fim igualmente definido para as mulheres ou grupos diferentes de mulheres. O empoderamento é diferente para cada indivíduo ou grupo, como sua vida, o contexto histórico e, nomeadamente em função da subordinação pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional e global (LEÓN, 1997). Enfim, o empoderamento é entendido como um processo de superação do sistema patriarcal e, com isso, das desigualdades de gênero.

Assim, sobretudo o empoderamento de mulheres desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isso porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, sejam com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Os processos de empoderamento são, para as mulheres, um desafio ao sistema patriarcal, que tem como objetivo transformar as estruturas que reforçam a discriminação do gênero e a identidade social, superando as desigualdades de gênero (LEÓN, 1997).



Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem, por exemplo, quando a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente exclusivas do homem para o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas. “Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares” (DEERE E LEÓN, 2002, p. 11-12). As bases desse empoderamento partem da condição econômica das mulheres. Para Morell e Bock (2008) o empoderamento das mulheres está intimamente vinculado a sua habilidade de participar como parceiras iguais na propriedade e adquirir os direitos familiares de usar os recursos”, recursos estes considerados pelos autores como econômicos. Os recursos disponíveis para a produção e expansão da propriedade não estão disponíveis para as mulheres, devido ao fato de que são os homens, que na grande maioria dominam o mercado de trabalho no meio rural, seja ele dentro ou fora da propriedade, constituindo-se como um dos principais obstáculos para a cidadania feminina no meio rural. Para Morell e Bock (2008) o ponto central da discussão sobre o empoderamento de mulheres parte da falta de controle das mesmas na exploração familiar e na gestão das explorações agrícolas e perpassa pelas perspectivas de agência, visibilidade e identidade. Além disso, as desigualdades estruturais que ligam trabalho não remunerado da mulher para a família e o emprego com salários baixos, baixa qualificação, limitam os recursos econômicos, culturais e sociais que as mulheres possam mobilizar na tentativa de participar na formação de políticas e / ou a organizar-se (MORELL E BOCK, 2008).

Assim, empoderamento implica que o sujeito se converte em um agente ativo e que varia de acordo com cada situação concreta, capaz de definir suas próprias vidas e terem controle sobre suas coisas (LEÓN, 1997; SEN, 2000). São sinônimos de empoderamento: integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento e planejamento. Quando se fala em empoderamento no contexto feminista está se relacionando com as transformações nas relações de poder entre homens e mulheres e que vão refletir em novos imaginários sociais, implicando em uma alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. O empoderamento implica relações de poder, que são exercidas nas relações sociais, econômicas e políticas, tanto entre os indivíduos, classes, grupos ou gêneros da sociedade (NASSER, 2001). Assim, León (1997) considera o



empoderamento como uma maneira alternativa de perceber o desenvolvimento, desenvolvimento de baixo para cima como um aporte das bases.

Jô Rowlands (*apud* DEERE E LEÓN, 2002) diferencia quatro tipos de poder: *poder sobre*, *poder para*, *poder com* e *poder de dentro*. *Poder sobre* representa a estaca zero de um jogo: o aumento no poder de alguém que significa uma perda de poder para outra pessoa. Por outro lado, as outras três formas são todas positivas e aditivas: um aumento no poder de uma pessoa aumenta o poder total disponível ou o poder de todos. Contudo, para “as feministas existe somente o poder sobre” (p. 53).

Hashimoto e Telfer (2010) evidenciaram o empoderamento a partir da atividade turística no Japão. Para eles o “emprego feminino no sector do turismo pode influenciar os papéis de gênero. [...] o turismo tem a possibilidade de capacitar mulheres em novas funções fora de sua posição tradicional, porém algumas comunidades são mais abertas a essas mudanças do que outras” (HASHIMOTO E TELFER, 2011, P. 73). Para os autores o empoderamento pelo turismo perpassa algumas considerações, algumas descobertas. Através do turismo as mulheres tem acesso a novas fontes de renda e conseqüentemente a novo senso de independência. O autor destaca o exemplo da conta bancária. Uma família tipicamente tradicional usa apenas uma conta bancária e está no nome do marido e apenas sobre seu domínio. Com o turismo, as mulheres abriram suas próprias contas bancárias, tendo sobre elas o domínio e controle de poder retirar a hora que necessitem. O acesso a conta bancária, encoraja os agricultores do sexo feminino para ter: uma compreensão dos balanços, uma moral mais elevada e trabalho; auto-reconhecimento como empreendedores, fornecendo uma sensação de segurança e independência financeira maior para as mulheres (HASHIMOTO E TELFER, 2011, p. 76-77).

Outro fator destacado pelos autores foi a gestão do tempo, a conciliação do tempo de trabalho no turismo, na agricultura e para os afazeres domésticos, sobretudo na época de alta temporada no turismo e de safra na agricultura. Essa falta de domínio do tempo vai ao encontro de outro achado dos autores que são os conflitos dos papéis tradicionais de gênero no meio rural. As mulheres envolvidas com o turismo, além de trabalharem no turismo, precisam ajudar na agricultura e ainda continuarem com suas tarefas domésticas.



Embora o turismo tenha dado um novo sentido de independência, renda adicional e um novo espaço para socialização, ela também está trabalhando arduamente no processo, de passagem entre o turismo e a agricultura. Sem o consentimento e a compreensão da família, especialmente do marido, elas não se envolvem com o turismo, e o marido se perceber que o turismo irá afetar as responsabilidades domésticas da mulher e o trabalho na agricultura, não consente a sua participação (HASHIMOTO E TELFER, 2011, P. 80)

Apesar disso, é salutar que o envolvimento das mulheres com o turismo proporcionou a elas maior socialização e trabalho em rede com outras mulheres, o que segundo Hashimoto e Telfer (2011) é um dos elementos para o empoderamento feminino. Contudo, novas fontes de renda têm sido desenvolvidas e novos caminhos de socialização entre as mulheres foram criadas, mas as mulheres ainda são esperadas para realizarem suas responsabilidades habituais de ajuda na fazenda e responsabilidades doméstica (HASHIMOTO E TELFER, 2011, P. 82), permanecendo estas dentro do sistema tradicional de gênero patriarcal. Mas então o que muda com o turismo? Ou nada muda? Mudanças nas relações econômicas e sociais também foram observadas por Rivera (2002) contudo, esta também não identificou mudanças na posição de dominação dos homens e no poder de decisão das mulheres, alcançadas segundo a autora ao acesso a ativos como educação, participação pública, mercado de trabalho, etc.

Para se alcançar o empoderamento é necessário o acesso e controle de recursos e estratégias de empoderamento que são resultantes de componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos e que vá resultar em mudanças no nível micro (intra familiar e individual) e no nível macro (extra familiar e coletivo). Nesse sentido, foram identificadas em nossa pesquisa mudanças, sobretudo no nível micro, do indivíduo a partir da valorização do trabalho familiar e da auto-gestima gerada por este, especialmente das mulheres. As mudanças no acesso aos recursos econômicos como o incremento da renda familiar e o acesso das mulheres ao mundo público através da visitação dos turistas e do seu envolvimento com a associação das pousadas fez com que as mulheres pudessem se inserir em uma realidade que até então a pecuária não proporcionava. Com isso, elas passaram a ser mais seguras na sua vida pública e coletiva e a se envolverem em discussões e decisões que a pecuária não proporcionava. No turismo elas têm o conhecimento profissional que na pecuária elas não têm e isso traz segurança para a participação e para a tomada de decisão, dentro do seu ambiente.



Apesar destas mudanças, as mulheres, ainda têm um caminho longo a seguir. O acesso ao crédito e a propriedade da terra, que são considerados com fundamentais para o seu empoderamento, ainda não foram alcançados. A estes recursos elas têm acesso por meio do marido, que não são a todos, apenas a alguns e que não são suficientes para sair do imaginário e ir para o real. Contudo, há que se destacar que ainda assim, elas têm maior acesso a recursos que antes do TR. O TR proporcionou a elas uma pequena mudança, que não chegou a todas as esferas ainda. Assim, ainda é cedo para afirmarmos que as mulheres obtiveram níveis de empoderamento reais, visto que parte dos recursos não foram alcançados, permanecendo, ainda, em situação desigual ao dos homens.

## **2.2. Participação e decisão no turismo rural: *tudo combinado***

Buscamos aqui apresentar e discutir as manifestações de poder a partir da divisão sexual do trabalho no turismo rural. Para isso utilizamos como variáveis de análise a decisão e participação nas relações econômicas, nas relações de trabalho e nas relações institucionais e políticas. A força de trabalho, nas explorações agrícolas familiares, representa a força produtiva e, conseqüentemente, a capacidade econômica da unidade familiar. Sua organização é estruturada a partir da dimensão familiar, ou seja, do número de membros ativos, do sexo, da idade e da posição que ocupa dentro da família que, por vezes, determina o tipo de produção e as tarefas que cada componente familiar irá desempenhar, demonstrando que as relações de poder estão arraigadas no patriarcado, onde os homens são responsáveis pela produção e a mulher pelo consumo é explicada por Brumer (2004). Dividimos essa discussão a partir de aspectos relativos à participação e decisão nas relações econômicas, sociais e familiares, políticas e de trabalho de homens e mulheres dentro da família. Destaca-se como se constitui essa participação e se isso mudou com a inserção do turismo rural. Analisam-se as informações oriundas das famílias que trabalham com o turismo rural e que ainda exercem atividade agrícola, evidenciando elementos que consideramos essenciais para o entendimento das relações de poder nas circunstâncias analisadas na pesquisa.

A renda tem sido um dos principais meios de adquirir empoderamento para homens e mulheres rurais, e está diretamente relacionada com o trabalho executado por cada membro. É também o principal motivador de investimentos em novas atividades e também uma das principais mudanças que ocorre nestas famílias (GARCIA RAMÓN, CANOVES E



VALDOVINOS, 1995; NOGUEIRA, 2004; LUNARDI, 2007). Avaliamos a renda a partir de duas fontes: a fonte agrícola e a fonte não agrícola.

A renda agrícola representa a fonte de renda “segura”, a poupança das famílias. Esta é inferior à renda obtida com o turismo, porém, continua sendo fundamental para a economia familiar e também para os investimentos na atividade turística. A renda agrícola tem dois momentos para estas famílias: um antes e outro depois do turismo. Antes do turismo, ela era a principal fonte econômica das famílias e sua base estava na criação de bovino de corte, sendo complementada com o beneficiamento de produtos, sobretudo do leite na fabricação do queijo. A partir do final da década de 1980 e início de 1990, a produção pecuária nesta região passou por uma crise, o que a tornou instável. Essa situação foi fundamental na decisão de investir em uma atividade não agrícola.

A renda agrícola é gerada, sobretudo, pelo trabalho masculino, que tem no feminino a “ajuda”. Sendo uma atividade predominantemente masculina, os recursos gerados e gastos nesta atividade são de domínio do homem. É ele quem administra as receitas e despesas geradas pela agropecuária. São eles também que participam de Sindicatos e Associações relacionados à atividade agrícola e administram todo o recurso oriundo da atividade agropecuária.

[...] mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte, sendo significativa a participação da mulher, ou eventualmente de todos os membros da família, apenas nas despesas destinadas ao consumo doméstico ou nas despesas referentes ao atendimento de necessidades individuais de consumo. Se existem recursos excedentes – as ‘sobras’ – após o pagamento dos gastos de produção e atendidas as necessidades básicas de consumo, os homens é que os administram (BRUMER, 2004: 213).

A renda agrícola das famílias pluriativas é investida na compra de equipamentos agrícolas, de insumos, no turismo rural e na aquisição de bens móveis e imóveis, ou seja, em *coisas* que são consideradas pela família como *grandes*, de investimento alto. Logo, se são grandes, são de responsabilidade do homem, e é do trabalho dele que esse recurso é angariado e por ele investido em itens que são considerados, também, de domínio masculino. Os dados mostram que o único dos investimentos resultantes da aplicação da renda agrícola sobre o qual mulher



tem maior participação nas decisões é o do turismo rural. Apesar desta proporção ainda ser baixa, percebe-se que há uma mudança de comportamento, tanto dos homens quanto das mulheres, e que isso pode estar relacionado com a proporção de trabalho despendida por elas na execução de atividades relacionadas ao turismo. Isso resulta em uma maior valorização do trabalho de ambos, mas, sobretudo, do reconhecimento do trabalho da mulher pelo homem e esse reconhecimento é transferido para a atividade.

A desigualdade entre as atividades agrícolas e domésticas é identificada no momento em que a separação das atividades é constituída pela divisão sexual do trabalho. Às mulheres são relacionadas às atividades de manutenção do grupo familiar e aos homens a manutenção da produção. Logo, os recursos oriundos e destinados a cada estrutura estão relacionados a essa divisão. Assim, as mulheres são as responsáveis pelos gastos ligados ao consumo familiar de energia, de alimentação, de lazer, de saúde e educação, pagos pela renda complementar e não pela renda agrícola. Antes da inserção do turismo, essa renda era obtida através da venda do queijo. Isso se deve ao fato deste consumo estar atrelado à manutenção da família, que é de responsabilidade feminina, logo, é da renda do trabalho feminino que estes gastos deverão ser retirados.

Contudo, mesmo que a participação feminina como ajuda seja significativa, ela não será a responsável pela atividade, logo não terá sob seu domínio a administração dos recursos e isso permanece com a inserção do turismo rural. Mesmo com o turismo elas continuam sendo as principais ajudantes na pecuária, porém, esse envolvimento não lhes oferece a oportunidade de participar das decisões, da mesma forma que não dá o direito de participação dos homens nas atividades domésticas. Essa constatação nos faz refletir sobre se as relações de gênero são ou não naturalizadas. Para essas mulheres e homens, sim.

Em resumo, houve uma mudança muito pequena no comportamento de homens e mulheres sobre participação e decisão da renda agrícola, não sendo estas suficientes e conclusivas para o entendimento de mudanças nas relações de gênero. A renda agrícola das famílias agrícolas é totalmente decidida pelos homens, mesmo que os gastos sejam destinados à manutenção da família. Fato contrário ocorre nas famílias com atividade turística, nas quais as mulheres têm uma participação maior. Porém, o fato de participarem das decisões nas atividades agrícolas não representa maior poder de decisão sobre estas. Assim, evidencia-se que há uma



participação maior na renda das mulheres nas famílias pluriativas, todavia, essa participação não resulta em mudanças de comportamento quanto ao poder de decisão sobre esses recursos.

A decisão sobre investir ou não no turismo partiu na maioria dos casos do casal, foi *combinada*. No entanto, essa combinação é tratada, tanto por homens como por mulheres, como sendo de responsabilidade masculina, já que é ele quem tem o domínio sobre as receitas e despesas da renda agrícola, e foi retirada desta renda a maior parte dos recursos investidos no turismo. Como as mulheres são as ajudantes, e suas atividades são consideradas como complementares, elas não têm o mesmo poder de decisão que eles. Mesmo que a *combinação* esteja presente na maior parte dos discursos, na prática ela apresenta suas limitações. Estas limitações estão relacionadas à ordem “natural” das coisas. Tanto para homens como para mulheres, o que é considerado como natural não é questionável e tampouco passível de discussão. Se o homem é o responsável pela propriedade, é *natural* e lógico para esta estrutura familiar que seja ele o detentor de maior poder dentro da família. Esta estrutura não está em jogo e, portanto, ela não é questionável, nem por homens nem por mulheres, e isso acaba refletindo na divisão entre as rendas.

Separar o que é de um e o que é do outro é difícil para estas famílias, e isso reflete na nossa análise, visto que não temos domínio sobre o valor real que é obtido e gasto em cada uma das atividades produtivas. O que conseguimos identificar é que os gastos com as despesas diárias da família, como energia, telefone, alimentação, lazer, consumo pessoal (roupas, cosméticos, remédios, etc.) são retirados, na maioria das vezes, da renda do turismo rural, e que os gastos maiores, como investimentos na produção pecuária, no turismo e em bens móveis e imóveis, são retirados da combinação entre pecuária e turismo rural. Por essa divisão foi possível evidenciar por que a renda do turismo é semanal e os gastos diários da família também. Já os gastos maiores são permissíveis de discussão e planejamento, já que estes, na maioria das vezes, são realizados com recursos da pecuária. Porém, cabe destacar que a importância de quantificar a renda é vista por nós, não por eles. Para eles, tanto homens como mulheres, separar não é necessário, o importante é que o *bolo* exista, pois ele significa a renda familiar e não de cada indivíduo.

Entretanto, interessa-nos analisar a participação de homens e mulheres na decisão sobre esses investimentos. Os dados mostram que houve uma mudança de comportamento com relação à



participação feminina na decisão sobre os investimentos no turismo rural. Se compararmos com a atividade pecuária, na qual a mulher tinha muito pouco poder de decisão, com o turismo essa participação aumentou. Porém, há que se ter cuidado para não nos iludirmos pelo discurso. A partir do turismo, elas aumentaram a sua participação nas decisões no que diz respeito aos gastos relacionados diretamente à manutenção da casa, com o turismo e com a família, que tradicionalmente são e sempre foram de domínio feminino. Contudo, veremos que elas ainda opinam pouco sobre os gastos relacionados com a atividade agrícola, tanto em investimento quanto na manutenção da produção. Isso nos faz refletir sobre as reais mudanças que estão ou não ocorrendo neste processo a partir da inserção do turismo. Ao que tudo indica, estes dados estão  *mascarados*  por um discurso que não é o nosso, e sim, dos entrevistados.

Mudou a forma de produção, porém, os resultados dela ainda permanecem nas estruturas econômica, social e de trabalho tradicionais. O aumento do fluxo de renda, o envolvimento maior das mulheres nesta nova atividade, que é sobretudo feminina, e a visibilidade do seu trabalho não são suficientes para mudar sua situação de vulnerabilidade econômica. A proporção de independência financeira das mulheres quando estas obtinham renda do queijo é proporcional a de agora, senão maior. Isso foi evidenciado através das entrevistas com as mulheres das famílias agrícolas, onde a renda não agrícola, derivada da produção do queijo, é da mulher, visto que esta atividade é considerada  *coisa de mulher* . Porém, cabe salientar que isso não é tido por elas como um ponto negativo, mas como natural.

Esta última declaração evidencia a importância que as mulheres atribuem ao seu próprio dinheiro, de poder gastar onde quiserem sem dar satisfação a ninguém. O  *bolo*  não permite isso, porque o  *bolo*  fica sob a responsabilidade do marido, tendo ele o controle sobre o que entra e o que sai da propriedade e onde é investido esse recurso.

Os depoimentos demonstram que, na maioria dos casos, mesmo combinando, é o homem quem decide, também, pelo recurso financeiro do turismo rural. A mulher permanece participando e decidindo sobre os mesmos aspectos. O que muda com a inserção do turismo é que a combinação agora é mais frequente, e esse fenômeno pode estar relacionado à efetiva participação feminina na execução das atividades. Estarem mais envolvidas com as tarefas do



turismo dá a elas o direito de participarem da tomada de decisões em maior nível, o que não quer dizer que são elas que decidem.

Assim, mesmo quando a atividade não agrícola seja da mulher, o recurso é administrado pelo casal, principalmente quando esta atividade se refere à atividade turística. A mulher limita-se à gerência interna do recurso não agrícola, quando este ainda está dentro da casa. Quando este recurso sai ele é de responsabilidade do homem.

Diante do exposto até aqui, colocamos em evidência uma das hipóteses deste trabalho, que é a de que o turismo rural mudaria esse comportamento e que o envolvimento da mulher nas decisões aumentaria. De fato, esse comportamento passou por mudanças, mesmo que pequenas, contudo, estas mudanças não são suficientes para que ocorra uma transformação significativa nas relações de gênero. Hoje, a mulher tem envolvimento maior na atividade não agrícola, porém, sua participação na atividade agrícola permanece a mesma e em muitos casos menor ainda, pois agora ela dedica menos tempo à pecuária, devido ao seu envolvimento com o turismo rural, e ter ou não poder de decisão sobre a renda depende, sobretudo, do tempo de trabalho despendido para tal atividade. O que acontece é que com o turismo todos os membros da família passam a ficar mais evidentes dentro da propriedade, e a ter seu trabalho mais valorizado, referindo-se ao trabalho não agrícola. A mulher aumenta sua carga de trabalho e tem contato maior com os turistas, pois é ela quem prepara a alimentação e arruma a casa. O homem agora se dedica a duas atividades produtivas, a pecuária e ao turismo. A família no todo se torna mais visível e, conseqüentemente, os membros dela também, por esta ser uma atividade considerada mais pública que a pecuária. Logo, isso reflete na participação e decisão dos membros da família. Agora se tem mais assuntos, mais discussões e mais recurso financeiro gerado, o que necessita de uma *combinação* maior. No entanto, isso não resulta em maior participação da mulher. Evidencia, de fato, que a família está em outra dinâmica de vida e de organização de trabalho. Contudo, é importante destacar que mesmo que as mudanças para as famílias pluriativas sejam pequenas, as famílias agrícolas não passam por estas mudanças. A renda não agrícola destas famílias, que é a obtida pelo queijo, não permite qualquer tipo de mudança no comportamento de homens e mulheres, visto que esta é uma atividade tradicional, passada de geração a geração, ou seja, naturalizada dentro do sistema de gênero patriarcal. Contudo, para elas, há uma pequena mudança, que é imaginária, no acesso a estes recursos, mas que não resultam em maiores níveis de empoderamento.



Assim, entende-se que com a inserção do turismo rural houve maior acesso das mulheres a recursos financeiros. Porém, esse acesso não foi suficiente para o aumento da participação e decisão acerca do uso desse recurso. Mulheres e homens pluriativos permanecem decidindo sobre os mesmos gastos que anteriormente ao turismo, e o destino destes recursos permanece o mesmo que aquele oriundo da renda agrícola. Já para homens e mulheres das famílias agrícolas, a liberdade econômica continua a mesma, elas acessando recurso por meio da produção do queijo, e eles pela produção pecuária.

Outra questão que abordamos em nossa análise foi a participação e decisão nas relações de trabalho na esfera agrícola, não agrícola e doméstica. A participação nas decisões sobre as atividades agrícolas está relacionada à propriedade da terra e, conseqüentemente, à responsabilidade sobre ela. A propriedade da terra, mesmo que herdada pela mulher, é de responsabilidade do homem, pois é ele quem detém o conhecimento para a sua manutenção. A outra situação está relacionada ao trabalho. O trabalho agrícola é tradicionalmente de responsabilidade do homem, é ele que detém os conhecimentos de produção, logo, as atribuições são direcionadas a ele. Já o trabalho doméstico é da mulher. Esta divisão está clara nas famílias estudadas, onde o que é de responsabilidade de homens e o que é de responsabilidade de mulheres está relacionado às condições físicas e ao conhecimento que cada indivíduo detém, logo, ao tipo de trabalho que cada um executa dentro da propriedade. Isso reflete nas decisões e nas relações de poder dentro da família, sendo que o que está relacionado à atividade agrícola é do homem, e o que diz respeito ao doméstico é da mulher. Fato interessante nas famílias pluriativas é que todas as respostas, sejam de homens ou de mulheres, estão atreladas à palavra *combinado*, *a gente combina*, *é tudo combinado*. Mas o que significa esta palavra? Segundo Ferreira (2004), combinar é sinônimo de estar de acordo, condizer e isso é realmente o que acontece. Eles combinam. Homens e mulheres estão de acordo com uma ou outra situação, porém, isso não implica que homens e mulheres tenham o mesmo poder de decisão. O combinar, para os entrevistados, significa estar de acordo com uma determinada situação, não decidir sobre ela. Então, quando a mulher diz que *combina* com o marido sobre as atividades na pecuária, isso quer dizer que, na maioria das vezes, eles conversam sobre, porém, quem tem a palavra final é o homem. A elas é repassado um relato dos acontecimentos, por vezes são consultadas, mas no final quem decide é o homem. No turismo rural a situação é parecida, porém, com participação um pouco maior da mulher,



mesmo que seja combinação, visto que é ela a “responsável” pela maior parte das tarefas. Cabe ressaltar que, tanto para homens quanto para mulheres, o fato de relatar ou consultar o cônjuge sobre determinado assunto é considerado como participação. No entanto, o fato de ter o conhecimento sobre o que acontece não justifica participação maior nas decisões.

Nas atividades agrícolas as mulheres têm uma baixa participação nas decisões, resultado do caráter de ajuda, complementar destas a este tipo de atividade. Isso para elas está relacionado ao conhecimento que diz respeito às práticas destas atividades. Isso pode ser visto no fato de três das mulheres entrevistadas terem recebido terra e gado de herança da sua família, mas quem cuida é o marido, pois é ele quem detém o conhecimento necessário para tal. Esse dado sugere que, mesmo quando é a mulher quem herda, principalmente a terra, o principal meio de subsistência destas famílias, ainda assim o homem é considerado responsável pela exploração e manutenção deste bem.

Com o turismo rural, a participação da mulher no trabalho agrícola, que já era pequena, ficou ainda menor, pois agora sua participação como ajuda é praticamente insignificante. Se antes seu trabalho era considerado como ajuda, agora ele é quase nada. Em geral, a maioria das mulheres se envolvem pouco na pecuária, ficam sabendo das negociações, do que está sendo feito nas propriedades, porém, elas não consideram essa uma atividade sua, de responsabilidade e domínio seu, o que reflete no seu comprometimento com as tarefas necessárias para a sua realização. Elas consideram sua participação como sendo de apoio, de consulta, logo, sem poder de decisão, diferentemente, por exemplo, das atividades domésticas e da produção do queijo. As mulheres passam a se dedicar a produção pecuária quando suas tarefas domésticas e de produção do queijo foram concluídas. Portanto, a sua participação está atrelada a outras atividades dentro da propriedade, o que resulta no seu caráter complementar, de ajuda.

Quanto a participação e decisão nas atividades domésticas, a ampliação de tarefas desempenhadas pelos homens foi uma das principais mudanças encontradas depois do desenvolvimento do turismo rural. Antes do turismo, apenas dois homens ajudavam em atividades domésticas, e esta ajuda era limitada a auxiliar na alimentação, como fazer o fogo e colher e descascar legumes e verduras. Depois do turismo, cinco ajudam e dois continuam a não ajudar. Sua participação continua como caráter de ajuda, porém, ela foi expandida para



outras atividades, como a limpeza da casa (lustrar e varrer). A justificativa para esse envolvimento é o aumento do trabalho das mulheres com a inserção do turismo rural. Antes do turismo, as mulheres tinham mais tempo, não precisavam dessa ajuda. Hoje, principalmente nos dias em que a pousada está ocupada totalmente por turistas, a ajuda do homem tem sido solicitada com mais frequência. No entanto, o trabalho doméstico do homem é entendido por eles e pelas mulheres como secundário, porém, necessário. Assim como na participação e decisão das atividades agrícolas pelas mulheres, o maior envolvimento dos homens nas atividades domésticas não resultou em maior participação nas decisões deles sobre estas tarefas. Quem tem o poder de decisão das atividades domésticas são as mulheres. Nessa esfera (a casa), segundo Brumer (2004, p. 212),

São as mulheres que têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas.

Participar ou não das decisões domésticas não é o principal objetivo dos homens com o seu trabalho. O que eles procuram é auxiliar as mulheres em uma atividade não agrícola que está, na maioria das famílias, sendo a principal fonte de renda mensal. Um resultado positivo considerado pelos homens do seu envolvimento neste tipo de trabalho é que, a partir do envolvimento deles nas tarefas domésticas, eles puderam valorizar o trabalho doméstico da mulher, que até então era considerado como ajuda na manutenção da família. No momento em que este passa a auferir renda, ele passa a ser visto de outra forma pelos membros da família, como essencial para a manutenção financeira desta. Para as mulheres, não houve grandes mudanças, apenas o aumento das horas trabalhadas, fato justificado pela relação existente entre a atividade doméstica e o turismo rural. Seu poder de decisão continua o mesmo, pois esse é o seu domínio, assim como o campo é de domínio do homem, naturalizado pelas estruturas tradicionais de trabalho e gênero.

Por fim, analisamos a participação e decisão no turismo rural. O turismo rural nesta região é um fenômeno ainda recente, com cerca de uma década, pouco tempo para proporcionar



mudanças significativas nas relações de gênero. Porém, os dados permitem-nos refletir sobre alguns aspectos, como principalmente as relações de trabalho. Em primeiro lugar, cabe analisar o turismo rural como uma atividade não-agrícola na qual o trabalho feminino é fundamental para a sua realização. O envolvimento da mulher está relacionado à proximidade deste tipo de trabalho com o trabalho doméstico e familiar. As diferenças entre um e outro é que o primeiro é remunerado e público, enquanto o segundo, não. Essa diferenciação é o ponto central na análise do trabalho feminino, pois é dele que derivam as pequenas mudanças nas relações de gênero.

O trabalho da mulher dá-se basicamente na reprodução doméstica e na ajuda dada à atividade agrícola, ou seja, funções que não são remuneradas, conseqüentemente, sem valor produtivo. Porém, com a inserção de atividades não-agrícolas, como o turismo rural, esse cenário passa por mudanças. As tarefas realizadas no turismo são as mesmas que as necessárias para a reprodução da família, porém, com uma diferença, no turismo as mulheres são remuneradas financeiramente para executar estas atividades, transformando este trabalho doméstico em produtivo. No entanto, Nogueira (2004) salienta que essa aproximação com o doméstico torna o turismo uma atividade não profissionalizada, refletindo assim no pouco reconhecimento do trabalho feminino. Para a autora, mesmo que seja a mulher a principal responsável pelo trabalho no turismo, isso não garante a ela maior valorização dentro da família, visto que o que ela faz no turismo são as mesmas atividades que desempenha na manutenção da família.

Contudo, na região pesquisada, constatou-se que o envolvimento das mulheres com o turismo rural proporcionou a elas algumas mudanças, sendo que estas foram identificadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres: a principal foi o envolvimento da mulher com o público externo, o que resultou em facilidades de comunicação, tornando-as mais desinibidas e proporcionando uma maior valorização do seu próprio trabalho. A valorização do trabalho foi considerada principalmente a partir da visão masculina como uma das principais mudanças ocorridas para as mulheres. Porém, essa valorização transformou pouco o empoderamento das mulheres. As mulheres não se sentem, na mesma proporção que os homens, valorizadas pelo seu trabalho. Daí se questiona: até que ponto a valorização do trabalho feminino é transformada em maiores níveis de empoderamento, levando-se em conta que o empoderamento parte das relações de trabalho mais equitativas e menos desiguais? O trabalho, como visto nos estudos de Rivera (2000), proporcionou às mulheres envolvidas com



a atividade turística o acesso a recursos, sobretudo econômicos e sociais, em algumas situações a recursos políticos, porém, estes em menor número. Contudo, o acesso a apenas estes recursos não é o suficiente para se atingir níveis maiores de empoderamento. Contudo, as mulheres que possuem maior domínio sobre a renda, por exemplo, sempre o tiveram, mesmo antes do turismo. Isso pode estar relacionado à estrutura familiar de cada grupo, podendo assim variar de família para família e de tempos em tempos, pois as relações de gênero são mutáveis e dinâmicas. Esse fato demonstra que, se por um lado o turismo rural acrescenta renda ao trabalho feminino tradicional, por outro, as estruturas de poder e dominação tradicionais ainda persistem. Rivera (2000) também constatou isso nas suas pesquisas. A autora identificou que, apesar do aumento de trabalho das mulheres, e de este ser indispensável para o desenvolvimento do turismo, não se observa um aumento paralelo na sua participação na tomada de decisão da unidade familiar, ou ao menos na esfera em que trabalham. Ao contrário, é o homem que segue articulando a tomada de decisão em todas as esferas, incluída a da atividade turística. Sobre esta última constatação, observa-se que o que ocorre nas propriedades pesquisadas é uma *combinação* de responsabilidades. Na agricultura, o homem combina com a mulher, mas é ele quem decide. No trabalho doméstico, a mulher pouco combina com o homem, é ela quem decide. No turismo rural a *combinação* é feita em dois níveis: o primeiro é o nível interno, da casa. Neste ambiente eles *combinam*, mas é a mulher quem decide, afinal são suas tarefas que estão em jogo. O segundo nível é o externo, o fora da casa. Neste, eles *combinam*, mas quem decide é o homem.

Então se pergunta: que mudanças houve nestas famílias? Essas mudanças são realmente almejadas por homens e mulheres? Até que ponto essa permanência não é aceita pelas mulheres e por que não também pelos homens? Entende-se que cabe primeiramente analisar, sob o ponto de vista de mulheres e homens rurais, o que é e o que não é importante para eles. Os resultados demonstram que houve mudanças para as mulheres, mesmo que estas não sejam percebidas por nós, pesquisadores. O fato de não precisarem pedir dinheiro ao marido para comprar um batom ou ter a liberdade de decidir sobre as atividades domésticas realizadas no turismo rural já é uma mudança em vista de elas não terem acesso ao banco, por exemplo. Poucas mulheres afirmaram terem acesso ao banco, conta corrente ou poupança, ou à realização de transações com o banco. Porém, para elas, isso não é necessário e tampouco importante.



Em resumo, assim como nas demais pesquisas apontadas neste trabalho as posições de gênero no meio rural não mudam completamente com um novo sistema produtivo. As desigualdades de gênero persistem ao que denominamos aqui de sistema de gênero patriarcal, mesmo após a inserção de atividades não agrícolas. A divisão do trabalho permanece ancorada pela divisão sexual, ou seja, pelas características físicas de homens e mulheres, assim como o poder de participação de decisão também continua o mesmo. Contudo, elementos como: maior diversificação produtiva, o acesso e uso do crédito rural, sobretudo pela mulher, mudanças nas políticas públicas e na legislação e uma organização mais igualitária das atividades produtivas e domésticas, podem ser motivadores de mudanças neste cenário, diminuindo a desigualdade socioeconômica entre homens e mulheres.

### 3. Conclusões

O turismo foi desenvolvido nestas propriedades como uma alternativa complementar à renda da atividade agrícola. Num primeiro momento, ele supriu essa necessidade e passou, num segundo momento, a ser mais valorizado, agora como meio de socialização, sobretudo pelas mulheres rurais. Para elas, o turismo rural representa a valorização do seu trabalho doméstico, que é transferido para a valorização social destas. Além da valorização fora da família, há também a valorização da mulher por parte dos membros da família, sobretudo do homem. Além disso, o turismo rural permitiu uma maior inserção das mulheres no mundo do trabalho produtivo e, conseqüentemente, maior valorização do trabalho feminino, ocasionando melhoria da autoestima e da qualidade de vida, maior autonomia financeira, ampliação do ambiente de socialização, etc.

Nas relações econômicas, o ponto central é a separação, como já salientamos. Porém, essa separação, quando questionada a partir do entendimento do poder, é vista como uma *combinação* feita entre os membros da família, mantendo a divisão tradicional do trabalho. Ou seja, essa *combinação* passa pelas características das atividades e dos indivíduos, levando em consideração o sexo, onde “o que é de homem é de homem, e o que é de mulher” e isso permanece com o turismo. Esse fato acaba refletindo nos espaços de discussão e nos níveis de decisão que cada um possui. As mulheres continuam exercendo maior poder de decisão nas atividades relacionadas à casa, e os homens nas atividades relacionadas ao campo. As



mudanças operadas com a presença do turismo se traduzem no aumento na participação e discussão das atividades, sejam elas relacionadas ao turismo, ou à atividade agrícola. Porém, esse aumento de participação e discussão não reflete em maiores níveis de participação nas decisões, visto que participar não é decidir. No final, seja na atividade agrícola, seja no turismo, quem decide são os homens, provando, mais uma vez, que os sistemas de gênero patriarcais persistem, contudo, mascarados ou rearranjados. Assim, o maior acesso das mulheres a maiores volumes de recursos, mesmo que resultantes do seu trabalho, não confere a elas maior nível de empoderamento financeiro, pois *é tudo combinado*, mas a combinação na maioria das vezes favorece os homens.

Assim, as mudanças ocorridas na família (cultura, valores, relações entre os sexos, etc.) e nas formas de trabalho dos indivíduos que as compõem (atividades não-agrícolas) não levaram a um rompimento das estruturas tradicionais de gênero que se expressam em alterações nas relações de poder/hierarquia no grupo doméstico e de maior autonomia social, não confirmando nossa hipótese inicial.

Acreditamos que o turismo rural possa ser um dos caminhos que acarretem mudanças nas condições de gênero e poder no meio rural. Através da criação de novos produtos e mercados por meio do turismo, pode-se pensar em desafiar os discursos de gênero dominante na agricultura e contribuir para a sobrevivência da família e para a renovação produtiva no meio rural, permitindo, assim, abrir novos discursos no intuito de transgredir fronteiras convencionais de gênero.

## Referências

BARDIN, L. "Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Editora 70, 2009.

BRUMER, A; PAULILO, M.I. "As agricultoras no sul do Brasil. Estudos Feministas, vol.1, n.12, p.171-174, 2004.

CARNEIRO, Maria José . Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out. 1998.

CORDEIRO, R. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org). Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 145-172, 2010.



- DEERE, C. D.; LEÓN, M. de L. O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- FERREIRA, A. B. de H. Mini Aurélio. O Dicionário da Língua Portuguesa. 6. ed. Curitiba: editora Positivo, 2004.
- GARCIA RAMÓN, M. D.; CANOVES, G.; VALDOVINOS, N. Farm tourism, gender and the environment in Spain. *Annals of tourism research*, vol.22, n. 2, p. 267-282, 1995.
- GASSON, R; WINTER, M. Gender relations and farm household pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, vol. 8, n. 4, p.387-397, 1992.
- HASHIMOTO, A; TEFLER, D. Female empowerment through agritourism in rural Japan. In TORRES, R. M.; MOMSEN, J. H. *Tourism and agriculture: new geographies of consumption, production and rural restructuring*. London: Routledge, 2011.
- LEÓN, M. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. Bogotá: Tercer Mundo, 1997.
- LUNARDI, R. Turismo rural: A contribuição da mulher. Santa Maria: Facos (Dissertações em turismo rural nº 13), 2007.
- MORELL, I. A.; BOCK, B. B. Rural gender regimes: the development of rural gender research and desing of a comparative Approach. In: MORELL, I. A.; BOCK, B. B. *Gender regimes, citizen participation and rural restructuring*. Elsevier, pp. 03-32, 2008.
- NOGUEIRA, Verena Sevá. A “Venda Nova das Imigrantes”: relações de gênero e práticas sociais no agroturismo. 2004. 258. Dissertação (Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- OLIVEIRA, M. de L. S. O. Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do saco do Rio Preto em Minas Gerais. 2006. 132f. Tese (Doutorado em Ciências – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, agricultura e sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- OJEDA, A. M. et.al. Progres y el empoderamiento de las mujeres: estudio de caso em Vista Hermosa, Chiapas. Toluca: México. Univesidad Autónoma del Estado del Mexico, 2002.
- NASSER, E. P. El proceso de empoderamiento de mujeres indígenas organizadas desde una perspectiva de género. *Estudios Agrarios*, n17, p.125-169, 2001.
- RIVERA, A. C. Implicaciones de gênero em el desarrollo de la oferta de agroturismo em Navarra y Astúrias. In: GARCIA RAMÓN, M. D.; BAYLINA, F. M. *El nuevo papel de las mujeres em el desarrollo rural*. Barcelona: Oikos-tau, pp. 153-169, 2000.
- SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Rio de Janeiro: FASCLO Brasil. Série Estudos e Ensaios. Disponível em: [http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie\\_estudos\\_ensaios/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf) 2009 Acesso em 25 out. 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: companhia das letras, 2000.

**Recebido em: 11/09/2014 (1ª versão) 17/01/2015 (última versão)**

**Aprovado em: 08/02/2015**